



CONTADOR

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível

SUPERIOR

Turno

MANHÃ

PROVA

01

**Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!**



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

O cuidado com a saúde mental na atualidade

Por FMUSP

O século XXI, junto a tantas novidades em diversos setores da sociedade, trouxe também um aumento significativo das doenças mentais – a depressão, por exemplo, é considerada o mal desse período. No Brasil, durante o primeiro ano da pandemia da covid-19, os casos de ansiedade e depressão aumentaram cerca de 25%. Dessa forma, a saúde mental se tornou tema corriqueiro na vida dos brasileiros. Se antes ela não estava entre as preocupações, hoje tem um protagonismo e é mais discutida abertamente. Em quatro anos, houve um aumento de 2,7 vezes na quantidade de pessoas que a consideram uma inquietude.

[...]

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental não é só a ausência de doenças, mas, sim, o perfeito equilíbrio entre saúde física, mental, social e espiritual. Além de estar bem fisicamente, a pessoa precisa ter boas relações sociais e se entender como ser humano, por meio do autoconhecimento. Sendo assim, o fundamento da saúde mental se encontra em seus três pilares: o lado espiritual, físico e mental. Nesse sentido, há uma diferença entre ela e a saúde emocional, que está relacionada com o desequilíbrio momentâneo: “Você pode ser uma pessoa que não tem transtorno psiquiátrico, no entanto não está bem emocionalmente. Por exemplo, está em um processo de separação e está muito mexido e, com isso, não tem mecanismos internos para lidar no campo das emoções diante de um conflito. E aí adocece mentalmente naquele momento”, pontua o Coordenador da Pós-Graduação Multiprofissional em Saúde Mental e Psiquiatria do HCFMUSP, Dr. José Gilberto Prates, especialista em saúde mental e doutor em ciências da saúde.

[...]

Para que a saúde mental esteja sempre em dia, é preciso se conhecer e estabelecer alguns hábitos, como se alimentar bem, dormir o suficiente e ter relações sociais e afetivas de maneira saudável. Para os profissionais da saúde, que estiveram na linha de frente da covid-19 e tiveram de lidar com situações delicadas ao longo desse tempo, o cuidado é redobrado. Segundo o Dr. José Gilberto, a negligência com a saúde mental sempre existiu nessa classe, já que muitos trabalham em mais de dois ou três hospitais, o que prejudica os afazeres da vida pessoal, como praticar esportes, ler um livro e aproveitar a família. “Como cuidamos de outras pessoas, é necessário entender que precisamos cuidar da gente também. Tudo o que ajuda na qualidade de vida, ajuda na saúde mental”, afirma.

[...]

Hodiernamente, a sociedade passa por um período de vulnerabilidade no campo das emoções e no seu tempo de equilíbrio. Para que esse cenário comece a mudar, é importante que as pessoas comecem a adquirir hábitos saudáveis para uma melhor qualidade de vida. Com a quantidade de trabalho e uma vida mais frenética, não há autocuidado, nem atenção com o que está acontecendo ao redor, inclusive com a família. Resgatar a espiritualidade, até mesmo no campo religioso, faz com que a saúde mental fique protegida: “Quando eu vejo um jovem entrando em uma escola e praticando violência contra todo mundo... Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido, e ninguém viu. Onde estamos falhando?”, pergunta Dr. José Gilberto.

É preciso se perguntar para onde a vida está caminhando e o que você está fazendo com ela. Algumas perguntas que o especialista sugere são: “Eu tenho conversado com meus amigos?”, “Eu dou atenção o suficiente?”, “Eu falo com minha família?”. O contato das relações é importante para que haja essa manutenção, de forma que você e o outro possam ser percebidos: “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz: ‘comunicação tem remédio’. Eu conversei com ela recentemente e falei: ‘professora, eu acho que comunicação é o remédio’”, finaliza.

[...]

Adaptado de: <https://hcxmusp.org.br/portal/online/saude-mental/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

1

Em relação ao texto, é correto afirmar que

- (A) a saúde mental representa a ausência de enfermidades, pois passa a funcionar como uma assimetria entre a saúde física e a espiritual.
- (B) há uma distinção entre a saúde mental e a emocional, esta última ligada a um desequilíbrio caracterizado como contínuo.
- (C) a sociedade enfrenta um período intenso de fragilidade no âmbito das emoções e das razões, além do seu tempo de equilíbrio.
- (D) devido a casos significativos de depressão, não há autocuidado nem atenção ao que acontece com pessoas em situação de vulnerabilidade.
- (E) a falta de atenção à saúde mental é uma constante entre os profissionais de saúde, fato que coopera com o abalo da vida pessoal.

2

Assinale a alternativa em que a frase “Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido [...]” foi reescrita sem prejuízos a seu sentido original.

- (A) Penso que ele esteja deveras placidamente acamado.
- (B) Suponho que ele esteja deveras remansosamente fraco.
- (C) Acredito que ele esteja bastante embevecidamente apático.
- (D) Suponho que ele esteja bem compassadamente encamado.
- (E) Presumo que ele esteja deveras arrebatadamente enfermo.

3

A respeito da função textual das seguintes expressões em destaque e considerando suas intencionalidades, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Nesse sentido, há uma diferença entre [...]”, o propósito comunicativo se concentra em expor ao(à) leitor(a) uma noção causal concatenada a uma consequência.
- (B) Em “O século XXI, junto a tantas novidades [...]”, o propósito comunicativo se materializa na apresentação e complementação de uma informação contextual e histórica.
- (C) Em “[...] é considerada o mal desse período.”, o propósito comunicativo se concentra em uma noção anafórica, por sinalizar a retomada a um referente já mencionado no discurso.
- (D) Em “Hodiernamente, a sociedade passa por um período [...]”, o propósito comunicativo se pauta em indicar uma ação contínua, não finalizada no momento de sua enunciação.
- (E) Em “[...] e, com isso, não tem mecanismos internos [...]”, o propósito comunicativo se respalda em uma noção catafórica, por exprimir uma exemplificação na sequência.

4

Quanto aos seguintes conectivos em destaque, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Para que a saúde mental esteja sempre em dia [...]”, identifica-se uma finalidade, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “uma vez que”.
- (B) Em “Quando eu vejo um jovem entrando [...]”, identifica-se uma concessão, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “no momento em que”.
- (C) Em “Segundo a Organização Mundial de Saúde [...]”, identifica-se uma conformidade, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “ante a”.
- (D) Em “Dessa forma, a saúde mental se tornou tema [...]”, identifica-se uma conclusão, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “dessarte”.
- (E) Em “Por exemplo, está em um processo de separação [...]”, identifica-se uma comprovação, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “porventura”.

5

Em relação à função dos termos destacados, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] ao redor, inclusive com a família.”, o termo destacado desempenha função adverbial, por indicar uma ideia de adição.
- (B) Em “Onde estamos falhando? [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por explicitar uma ideia de localização.
- (C) Em “[...] trouxe também um aumento significativo [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por evidenciar uma ideia de exemplificação.
- (D) Em “[...] até mesmo no campo religioso [...]”, o termo destacado desempenha função pronominal, por reforçar uma informação.
- (E) Em “Como cuidamos de outras pessoas [...]”, o termo destacado desempenha função prepositiva, por manter uma conexão à palavra seguinte.

6

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita INCORRETA quanto à concordância de frases adaptadas do texto.

- (A) A maioria dos casos de ansiedade cresceram cerca de 25%.
- (B) As pessoas têm de adquirir, atualmente, hábitos saudáveis.
- (C) Houve aumentos na quantidade de pessoas depressivas.
- (D) Eu tenho conversado com bastante amigos e familiares.
- (E) Os profissionais de saúde precisam cuidar deles mesmos.

7

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita correta quanto à regência verbal de frases adaptadas do texto.

- (A) Quando os jovens adentram por uma escola com o objetivo de praticar violência.
- (B) Carecemos de cuidar dos profissionais da saúde.
- (C) Há profissionais da saúde que trabalham por mais de dois ou três hospitais.
- (D) O resgate à espiritualidade permite com que a saúde mental se proteja.
- (E) A sociedade é atravessada de um período vulnerável.

8

Em “[...] ‘comunicação tem remédio’ [...]”, as aspas simples foram empregadas com a função de

- (A) isolar a expressão para facilitar o seu entendimento.
- (B) denotar uma explicação para a compreensão do leitor.
- (C) enfatizar uma expressão proveniente de outro texto.
- (D) expressar o valor significativo da expressão na condição de síntese.
- (E) fazer sobressair uma expressão peculiar na língua portuguesa.

9

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Em “[...] que estiveram na linha de frente da covid-19 [...]”, o “que” constitui um reforço à palavra “estiveram” e assegura uma posição livre na oração.
- II. Em “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz [...]”, o “que” retoma o termo antecedente que exprime uma noção substantiva.
- III. Em “[...] de forma que você e o outro [...]”, o “que” coopera com a introdução de uma ideia subordinada adverbial final por indicar uma consequência em relação à frase anterior.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

10

Concernente à estrutura do texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A menção a um doutor e à Organização Mundial da Saúde contribui, de maneira substancial, para fundamentar teoricamente a composição argumentativa do texto.
- () O texto, entendido como uma transmissão e construção de saberes por meio de uma exposição, recorre a dados teóricos sobre o conhecimento acerca do cuidado com a saúde mental.
- () O texto se constrói a partir de uma introdução, de um desenvolvimento e de uma conclusão, é uma composição argumentativa, por defender a ideia de que a atualidade cooperou com o aumento de doenças mentais.

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – F.

Legislação

11

A respeito dos órgãos da PARANAPREVIDÊNCIA, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Estadual nº 12.398/1998.

- (A) O Conselho de Administração é o órgão de fiscalização e controle interno.
- (B) O Conselho Fiscal é o órgão executivo.
- (C) O Conselho Diretor é o órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior.
- (D) Os Presidentes de Conselho e Conselheiros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos.
- (E) Os Diretores do Órgão Executivo serão designados pelo Governador do Estado para exercício por um período de 6 (seis) anos.

12

Uma determinada empresa precisa coletar dados pessoais de seus clientes para prestar seus serviços. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, dispõe que é necessário o consentimento do titular para o tratamento dos seus dados pessoais. Com base na referida lei, esse consentimento

- (A) pode ser revogado, desde que não prejudique a prestação de serviços já iniciada, e prescinde de manifestação escrita do titular.
- (B) deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
- (C) deverá ser obtido por escrito, cabendo ao operador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto na lei.
- (D) se estende para os casos em que o controlador necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores, dispensando consentimento específico para esse fim.
- (E) é dispensado quando a empresa exerce atividades essenciais de saúde.

13

Com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- (B) Considera-se criança, para os efeitos da referida lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos.
- (C) A punição da criança e do adolescente com castigo físico, apesar de não constar expressamente na referida lei, é por ela repudiada.
- (D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 6 (seis) meses, salvo comprovada necessidade.
- (E) Para as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, é facultativo o encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude.

14

No âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta sobre os conceitos de Administração Pública.

- (A) A Administração Pública, em sentido objetivo, é um conjunto de órgãos, de pessoas jurídicas e de agentes aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- (B) A Administração Pública, em sentido subjetivo, tem por finalidade a satisfação direta e imediata dos fins do Estado. Trata-se daquilo que a Administração efetivamente faz, como a construção de uma rodovia.
- (C) Compõem a Administração Pública, em sentido subjetivo, todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas.
- (D) A Administração Pública, em sentido subjetivo, é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos.
- (E) Não há uma diferenciação entre os conceitos de Administração Pública em sentido objetivo e subjetivo.

15

Considerando os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A imperatividade deve estar presente em todos os atos administrativos e diz respeito aos fatos, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
- (B) A motivação legal é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- (C) Para ser válido, o ato administrativo deve reunir todos os atributos concomitantemente, visto que são requisitos para sua existência.
- (D) Consiste a autoexecutoriedade em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (E) A autoexecutoriedade existe em todos os atos administrativos, sendo que, por meio dele, a Administração toma decisões executórias, criando obrigação para o particular.

16

Um servidor estável foi flagrado pelo seu superior hierárquico cometendo uma falta grave em suas atividades, a qual está sujeita à aplicação de pena de perda do cargo público. Nesse caso, assinale a alternativa INCORRETA sobre o processo administrativo disciplinar.

- (A) É obrigatório o processo administrativo disciplinar para a aplicação das penas que impliquem perda de cargo para o funcionário estável.
- (B) A instrução rege-se pelos princípios da oficialidade e do contraditório, este último essencial à ampla defesa.
- (C) Ainda que haja elementos suficientes, é necessário realizar sindicância antes do processo administrativo disciplinar.
- (D) Se, além da infração administrativa, o fato constituir ilícito penal, deve a comissão processante comunicar às autoridades policiais, fornecendo os elementos de instrução de que dispuser.
- (E) A citação do indiciado deve ser feita antes de iniciada a instrução, devendo ser acompanhada de cópia da portaria para permitir-lhe pleno conhecimento da denúncia.

17

No âmbito da organização administrativa, os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração são essenciais. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta.

- (A) A centralização caracteriza-se pela execução direta de atividades pelo ente federativo, sem transferir sua realização a outras entidades ou órgãos.
- (B) A descentralização ocorre quando a Administração Pública transfere a execução de determinada atividade para órgãos subordinados, mantendo o vínculo hierárquico.
- (C) A desconcentração consiste na distribuição de competências entre entidades distintas, cada uma com personalidade jurídica própria, rompendo o vínculo hierárquico.
- (D) A descentralização política ocorre quando a União delega a execução de serviços públicos para suas autarquias, mantendo o controle hierárquico sobre elas.
- (E) A concentração refere-se à criação de novos órgãos dentro de uma mesma entidade administrativa para melhorar a divisão de competências e a eficiência na gestão.

18

O Município Alfa tem interesse em reformular seu sistema de transporte coletivo e, após diversos estudos técnicos, delegou a prestação de serviços a uma empresa privada a fim de realizar a manutenção do sistema por meio de licitação. Para tanto, foi formalizado um contrato com previsão das tarifas cobradas dos usuários e uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa que melhor classifica a forma de delegação aplicada.

- (A) Trata-se de uma permissão de serviço público, que é formalizada por contrato administrativo e garante ao permissionário a exclusividade na prestação do serviço.
- (B) Trata-se de uma autorização de serviço público, um ato administrativo precário que transfere a execução ao particular, podendo ser revogada unilateralmente pelo poder público.
- (C) Trata-se de uma concessão administrativa em que a remuneração do particular ocorre exclusivamente pelos usuários do serviço público.
- (D) Trata-se de uma parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa, pois o serviço foi transferido ao particular.
- (E) Trata-se de uma concessão patrocinada, em que o particular é remunerado tanto pelas tarifas cobradas diretamente dos usuários, quanto por aporte financeiro do poder público.

19

Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder hierárquico, também conhecido como poder normativo, é aquele que visa apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- (B) O poder regulamentar pode ser definido como o poder, que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.
- (C) O poder disciplinar se refere à capacidade da administração de revogar ou alterar atos administrativos.
- (D) O poder de polícia não permite à Administração Pública impor limitações ao exercício de direitos individuais em nome do interesse público.
- (E) O poder hierárquico da Administração Pública se refere à autoridade dos superiores sobre os subordinados, mas sem a capacidade de aplicar penalidades disciplinares.

20

Em relação ao poder da Administração Pública, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O _____ ocorre quando o agente ultrapassa os limites de competência, e constitui, juntamente com o _____, que é vício quanto à finalidade, as espécies de _____.

- (A) abuso de poder / excesso de poder / desvio de poder
- (B) desvio de poder / abuso de poder / extrapolação de poder
- (C) abuso de poder / desvio de poder / excesso de poder
- (D) excesso de poder / desvio de poder / abuso de poder
- (E) desvio de poder / abuso de poder / excesso de poder

21

Carlos é dono de uma propriedade produtiva e foi surpreendido com a inclusão de sua propriedade em um decreto de desapropriação por interesse social, destinado à reforma agrária. Diante disso, Carlos questionou a legalidade do ato, argumentando que o artigo 185, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assegura que propriedades produtivas não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. O referido dispositivo legal citado por Carlos é uma

- (A) norma de eficácia plena, pois impede de forma imediata e integral a desapropriação de propriedades produtivas, independentemente de regulamentação infraconstitucional.
- (B) norma de eficácia contida, ou seja, que possui aplicação imediata, mas pode ser restringida por lei que regulamente os limites da propriedade produtiva.
- (C) norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação para que os critérios de "propriedade" e "produtividade" sejam definidos.
- (D) norma programática que estabelece apenas uma diretriz geral para orientar a política de reforma agrária do Estado, sem aplicação direta.
- (E) norma de eficácia plena, mas sua aplicabilidade pode ser condicionada pela regulamentação do conceito de produtividade em legislação infraconstitucional.

22

Acerca do que dispõe a Constituição Federal de 1988, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- () São bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- () Compete privativamente à União legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- () Incluem-se entre os bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- () Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

- (A) V – V – F – F – V.
- (B) F – V – V – V – F.
- (C) F – V – F – V – V.
- (D) V – F – V – F – V.
- (E) V – F – F – V – F.

23

Maria trabalha na mesma empresa com carteira assinada há cinco anos e está desconfiada de que não estão sendo cumpridas as obrigações da empresa em relação aos direitos sociais assegurados constitucionalmente. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) irredutibilidade do salário, vedada disposição diversa em convenção ou acordo coletivo.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (C) remuneração do trabalho noturno igual ou superior à do diurno.
- (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente no sábado ou domingo.
- (E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

24

Com base no conceito de Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Constituinte originário é aquele que visa modificar normas constitucionais já existentes, sem a necessidade de seguir as regras estabelecidas pela Constituição vigente.
- (B) O Poder Constituinte derivado é exercido exclusivamente pelo povo, podendo alterar qualquer parte da Constituição observando a limitação material.
- (C) O Poder Constituinte derivado é o poder exercido para criar uma nova Constituição, substituindo a Constituição anterior.
- (D) O Poder Constituinte é exercido pelo chefe do Legislativo, que tem o poder de criar ou modificar a Constituição.
- (E) O Poder Constituinte originário é responsável por elaborar a Constituição de um Estado e não está sujeito aos limites da Constituição anterior, podendo criar novas normas e princípios sem as restrições da norma anterior.

25

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário.

- (A) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Federais têm jurisdição em todo o território nacional.
- (B) Os juízes gozam da garantia constitucional da vitaliciedade que, no primeiro grau, só será adquirida após 3 (três) anos de exercício.
- (C) Compete privativamente aos juízes a alteração da organização e da divisão judiciárias.
- (D) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta Ministros.

26

Com base no que prevê a Constituição Federal de 1988 sobre o Ministério Público, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O Ministério Público _____ tem por chefe o _____, nomeado _____ dentre integrantes da carreira, maiores de _____ anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

- (A) Federal / Procurador-Geral de Justiça / pelo Presidente da República / trinta e cinco
- (B) da União / Procurador-Geral da República / pelo Presidente da República / trinta e cinco
- (C) Federal / Promotor de Justiça / pelo Presidente do Senado Federal / trinta
- (D) da União / Promotor de Justiça / pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal / trinta e cinco
- (E) do Trabalho / Procurador-Geral do Trabalho / pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho / trinta e cinco

27

Marcia é defensora pública e recentemente foi chamada para atuar em um caso de um cidadão que busca a garantia de um direito fundamental violado pelo poder público, mas o órgão público competente se recusa a fornecer o serviço, alegando falta de recursos. Diante disso, o cidadão questiona Marcia sobre o papel da Defensoria Pública. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta em relação à atuação da Defensoria Pública.

- (A) A atuação da Defensoria Pública é restrita à defesa de cidadãos acusados criminalmente, não sendo responsável por defender os direitos sociais ou coletivos.
- (B) A atuação da Defensoria Pública é restrita aos casos em que o Estado é parte, não podendo atuar quando o processo envolve particulares.
- (C) A Defensoria Pública deve prestar assistência jurídica gratuita a qualquer cidadão necessitado e em todos os graus, judicial e também extrajudicial.
- (D) A Defensoria Pública não pode atuar em processos contra a Administração Pública, em decorrência do conflito de interesses.
- (E) Para a atuação da Defensoria Pública, é necessário que o juiz nomeie um defensor público no processo judicial.

28

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

- (A) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- (B) educação básica obrigatória e gratuita dos 3 (três) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- (D) imediata universalização do ensino médio gratuito.
- (E) vedação do ensino noturno regular.

29

A empresa Beta está respondendo por um ato de improbidade administrativa, cometido pela pessoa jurídica, que causou prejuízo ao erário. Nessa situação, considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.429/1992, responda se os sócios da empresa também responderão pelo ato cometido pela empresa.

- (A) Não responderão em nenhuma hipótese, já que os patrimônios da pessoa física e jurídica não se confundem, tendo personalidades próprias.
- (B) Dependerá se os sócios têm poder de administração da pessoa jurídica. Em caso positivo, deverão responder solidariamente.
- (C) A responsabilidade será subsidiária. Ou seja, não existindo patrimônio suficiente da empresa, o patrimônio dos sócios será utilizado para a reposição dos cofres públicos.
- (D) Não responderão, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (E) Sim, todos os sócios e cotistas deverão responder nos limites de sua cota parte.

30

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, se um servidor público da administração direta for eleito para um cargo de Vereador,

- (A) não havendo compatibilidade de horários, deverá ser investido no mandato e será afastado do cargo, emprego ou função.
- (B) havendo ou não compatibilidade de horários, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função.
- (C) será investido no mandato e permanecerá no cargo, emprego ou função, recebendo a remuneração do cargo para o qual foi eleito.
- (D) não havendo compatibilidade de horários, permanecerá no seu cargo, emprego ou função.
- (E) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Conhecimentos Específicos

31

Um estado da Federação apresentou os seguintes dados extraídos do seu Quadro de Receita no encerramento de um exercício financeiro:

Descrição	Valor (R\$)
Receita da Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	121,50
Receita de Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres	135,00
Receita de Aluguéis	148,50
Amortização de Empréstimos	175,50
Receita de Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	189,00
Receita de Serviços Administrativos	202,50
Receita de Multas Administrativas	229,50
Receita da Alienação de Bens Móveis e Semoventes	337,50
Receita de Operações de Crédito Contratuais – Mercado Interno	378,00
Transferências Correntes	972,00
Transferências de Capital	1.660,50

Com base na classificação econômica e no impacto no patrimônio líquido do ente público, assinale a alternativa que apresenta o total das receitas efetivas arrecadadas pelo estado nesse exercício.

- (A) R\$ 1.863,00.
- (B) R\$ 1.633,50.
- (C) R\$ 1.741,50.
- (D) R\$ 2.200,50.
- (E) R\$ 3.523,50.

32

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as despesas públicas podem ser classificadas em diferentes categorias econômicas. Considerando o disposto na legislação, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma despesa classificada como Investimentos.

- (A) Obras públicas.
- (B) Serviços em regime de programação especial.
- (C) Aquisição de imóveis em utilização ou usados.
- (D) Material permanente.
- (E) Equipamentos e instalações.

33

Em relação à Lei nº 4.320/1964 e à elaboração da Lei de Orçamento, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito por antecipação da receita.
- (B) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (C) A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- (D) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos especiais até determinada importância.
- (E) A Lei de Orçamento não poderá conter autorização ao Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita destinadas a atender insuficiências de caixa.

34

Ao longo do exercício financeiro, um ente estadual registrou um aumento na arrecadação acima do projetado, configurando excesso de arrecadação. A equipe orçamentária pretende utilizar os recursos provenientes desse excesso para reforçar dotações insuficientes e realizar novas despesas. Para tanto, deve observar o disposto na Lei nº 4.320/1964 e na legislação correlata. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O excesso de arrecadação será destinado exclusivamente à amortização de dívidas públicas contraídas pelo município.
- (B) O excesso de arrecadação deverá ser obrigatoriamente alocado na constituição de reservas de contingência para cobertura de passivos contingentes.
- (C) O excesso de arrecadação deve ser utilizado apenas para compensar dotações canceladas ao longo do exercício devido à limitação de empenhos.
- (D) O excesso de arrecadação poderá ser utilizado para abertura de créditos suplementares e especiais, desde que respeitada a tendência de arrecadação para o restante do exercício.
- (E) O excesso de arrecadação deve ser totalmente incorporado ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício.

35

Um estado da Federação realizou a arrecadação de um tributo estadual, no valor de R\$ 500.000, de uma grande empresa do setor de transportes. Após análise da Secretaria da Fazenda, constatou-se que parte do valor arrecadado, equivalente a R\$ 50.000, foi recolhida indevidamente devido a um erro na base de cálculo do tributo. A empresa protocolou um pedido administrativo solicitando a restituição desse valor.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na legislação pertinente, é correto afirmar que o ente estadual deve registrar a devolução desse valor como

- (A) despesa orçamentária, com necessidade de autorização legislativa para a devolução.
- (B) despesa orçamentária, sem necessidade de autorização legislativa para a devolução.
- (C) despesa extraorçamentária, sem necessidade de autorização legislativa.
- (D) dedução da receita orçamentária, com necessidade de autorização legislativa para a devolução.
- (E) dedução da receita orçamentária, sem necessidade de autorização legislativa para a devolução.

36

Em fevereiro de 2024, o órgão estadual responsável pela gestão da previdência dos servidores públicos de determinado estado recebeu doações em dinheiro de R\$ 300.000, como forma de apoio ao equilíbrio do regime previdenciário.

Com base na contabilidade aplicada ao setor público, o recebimento dessa doação deve ser registrado como

- (A) um aumento do passivo em contrapartida de uma Variação Patrimonial Aumentativa, sem o reconhecimento de uma receita orçamentária.
- (B) um ingresso no ativo em contrapartida de um aumento no passivo.
- (C) um ingresso no ativo em contrapartida de uma Variação Patrimonial Aumentativa, com o reconhecimento de uma receita orçamentária.
- (D) um ingresso no ativo em contrapartida de uma Variação Patrimonial Aumentativa, sem o reconhecimento de uma receita orçamentária.
- (E) nenhum registro contábil, considerando que se trata de uma receita não prevista no orçamento.

37

A classificação de passivos em circulantes e não circulantes é essencial para a análise das demonstrações contábeis de uma entidade pública. Tendo isso em vista, considere as seguintes situações em um órgão previdenciário estadual:

- I. um saldo bancário negativo de R\$ 200.000, registrado no cheque especial, com previsão de regularização em 90 dias;
- II. um empréstimo contraído pelo órgão cuja próxima parcela de R\$ 50.000 vencerá dentro do ciclo operacional normal da entidade;
- III. um imposto de renda devido pelo fundo, no valor de R\$ 30.000, com vencimento em 30 dias;
- IV. pagamentos de benefícios previdenciários dos quais a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Com base nos critérios de classificação definidos pelo MCASP e nas normas contábeis aplicáveis, os passivos classificados como circulantes são:

- (A) apenas I, II e III.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas II e IV.
- (D) apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

38

Em relação à mensuração de ativos e passivos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- II. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.
- III. As participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.
- IV. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I e II.

39

Um órgão previdenciário estadual adquiriu materiais de divulgação institucional, como folhetos informativos, cadernos e blocos de anotações personalizados, para serem entregues gratuitamente em eventos e reuniões com segurados e pensionistas. Esses itens foram armazenados como estoque até o momento da distribuição.

De acordo com as normas contábeis aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa que apresenta a forma como esses materiais devem ser mensurados para registro contábil.

- (A) Devem ser mensurados pelo valor justo, considerando que serão distribuídos sem contraprestação.
- (B) Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, devido à finalidade de distribuição gratuita.
- (C) Devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras realizadas, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.
- (D) Devem ser mensurados pelo custo corrente de reposição, considerando a utilização em programas institucionais.
- (E) Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

40

Uma entidade pública estadual possui participação significativa em uma empresa pública de investimentos, caracterizando-a como uma coligada. O órgão utiliza o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para contabilizar essa participação.

Com base nas normas contábeis aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) A contabilização pelo Método da Equivalência Patrimonial se inicia no momento em que o investimento é adquirido, independentemente de se configurar como coligada ou empreendimento controlado em conjunto.
- (B) O investimento é inicialmente reconhecido pelo valor justo e posteriormente ajustado pelo resultado da investida.
- (C) As variações no patrimônio líquido da investida, que não impactam o resultado do período, são reconhecidas diretamente no resultado do investidor.
- (D) O valor contábil do investimento é reduzido proporcionalmente às distribuições recebidas da investida.
- (E) A participação no resultado da investida inclui apenas os lucros distribuídos, proporcionalmente à participação do investidor.

41

Um órgão previdenciário estadual, em outubro de 2024, firmou parceria com uma empresa de tecnologia para a instalação gratuita de totens eletrônicos em suas agências. Esses totens permitem que os segurados consultem extratos previdenciários, realizem agendamentos e acessem comunicados institucionais. Esses totens foram avaliados em R\$ 8.000 no momento da instalação, com vida útil estimada em cinco anos e sem valor residual. Pelo acordo, a manutenção, a troca de equipamentos e a atualização de software são de responsabilidade exclusiva da empresa parceira, que também detém os direitos sobre qualquer receita gerada pelo uso publicitário dos totens. O órgão estimou que, caso contratasse diretamente o serviço de consulta e comunicação digital, arcaria com uma despesa mensal de R\$ 500.

Com base nas normas contábeis aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa que apresenta o montante a ser contabilizado como ativo no balanço patrimonial do órgão previdenciário em outubro de 2024.

- (A) R\$ 8.000.
- (B) R\$ 500.
- (C) R\$ 1.600.
- (D) R\$ 8.500.
- (E) Zero.

42

Um órgão previdenciário estadual iniciou um projeto interno para desenvolver um sistema de inteligência artificial que visa otimizar o cálculo de benefícios previdenciários. Durante o projeto, foram incorridos gastos no total de R\$ 400.000, mas o órgão não conseguiu diferenciar os custos associados à fase de pesquisa daqueles relacionados à fase de desenvolvimento.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, como os gastos desse projeto devem ser tratados contabilmente?

- (A) Os gastos devem ser reconhecidos como ativo intangível, pois o sistema gerará benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço.
- (B) Os gastos devem ser classificados integralmente como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), pois não é possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento.
- (C) Os gastos devem ser tratados como despesa antecipada até a conclusão do projeto, quando será possível mensurar os benefícios gerados.
- (D) O órgão pode adotar um critério próprio para decidir como alocar os gastos, desde que devidamente justificado em notas explicativas.
- (E) Metade dos gastos deve ser registrada como ativo intangível e a outra metade como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), considerando a ausência de separação das fases.

43

Um órgão previdenciário estadual realizou uma análise para verificar a necessidade de ajuste no valor recuperável de um prédio utilizado para atendimento ao público. Em 31 de dezembro de 2023, o ativo estava registrado contabilmente no valor de R\$ 800.000, com depreciação acumulada de R\$ 500.000. Após avaliação técnica, constatou-se que o valor em uso do prédio era nulo, em razão de problemas estruturais que inviabilizam seu uso. Foi estimado que o valor justo do prédio em uma possível venda seria de R\$ 250.000, enquanto as despesas para viabilizar a venda foram calculadas em R\$ 50.000.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor contábil líquido do prédio em 31 de dezembro de 2023, após o reconhecimento da redução ao valor recuperável.

- (A) R\$ 300.000.
- (B) R\$ 250.000.
- (C) R\$ 200.000.
- (D) Zero.
- (E) R\$ 800.000.

44

Um órgão estadual contratou um financiamento de R\$ 15.000.000 para a construção de sua nova sede administrativa, que demandará período de tempo substancial para ficar pronto. O financiamento possui juros compostos de 1% ao mês, e os recursos foram obtidos integralmente antes do início das obras. Durante os primeiros 12 meses, enquanto eram realizadas as atividades preparatórias, como obtenção de licenças e elaboração de projetos, os recursos foram aplicados em investimentos financeiros temporários, gerando receitas de R\$ 500.000.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), como o órgão deve tratar os custos de empréstimos relacionados ao financiamento desse ativo?

- (A) Os custos de empréstimos devem ser capitalizados como parte do custo do ativo, mas deduzindo as receitas financeiras obtidas com os investimentos temporários.
- (B) Os custos de empréstimos devem ser integralmente reconhecidos como despesa no resultado do exercício em que forem incorridos.
- (C) Os custos de empréstimos só devem ser capitalizados a partir do início da construção física do ativo, desconsiderando as atividades preparatórias.
- (D) As receitas financeiras obtidas devem ser registradas como variação patrimonial aumentativa, sem impacto nos custos capitalizados.
- (E) Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa até que as obras físicas sejam iniciadas, momento em que passam a ser capitalizados.

45

Um órgão previdenciário estadual foi acionado judicialmente pelos seguintes motivos:

- Pagamento de benefício atrasado a um segurado: o segurado reivindica o pagamento de R\$ 50.000 referente a parcelas não quitadas de sua aposentadoria. A área jurídica do órgão considera a perda da causa provável;
- Erro de cálculo em uma pensão por morte: uma beneficiária solicita o pagamento de R\$ 30.000, alegando que houve subavaliação nos valores pagos. A área jurídica classifica a perda como possível;
- Contestação de cobrança de contribuição previdenciária: um servidor público pede a devolução de R\$ 20.000 cobrados indevidamente, alegando que já havia atingido o teto de contribuição. A área jurídica considera a chance de perda remota.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor da provisão para contingências que o órgão previdenciário deve registrar contabilmente.

- (A) Zero.
- (B) R\$ 20.000.
- (C) R\$ 30.000.
- (D) R\$ 50.000.
- (E) R\$ 80.000.

46

Em relação ao que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) a respeito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter assistencial, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas.
- II. Cada ente da Federação que possua RPPS deverá manter um único RPPS e um único órgão ou entidade gestora desse regime, que deverá abranger todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento.
- III. O rol de benefícios dos RPPS fica limitado às aposentadorias.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

47

Em dezembro de 2023, um ente público reconheceu a contribuição patronal devida ao RPPS no valor de R\$ 100.000, referente à folha de pagamento do mês de dezembro. O pagamento foi realizado em janeiro de 2024, junto com encargos moratórios de R\$ 5.000 devido ao atraso no recolhimento de contribuições de meses anteriores.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), como devem ser realizados os lançamentos no ente público e no RPPS?

- (A) No ente público, a contribuição patronal deve ser reconhecida no passivo, e os encargos moratórios devem ser lançados como variação patrimonial diminutiva; no RPPS, a receita previdenciária deve ser reconhecida pela competência.
- (B) No ente público, os encargos moratórios devem ser reconhecidos como variação patrimonial diminutiva; no RPPS, a receita previdenciária deve ser registrada apenas no momento do pagamento.
- (C) No ente público, a contribuição patronal deve ser registrada como variação patrimonial diminutiva no resultado; no RPPS, os encargos moratórios devem ser considerados receita antecipada.
- (D) No ente público, os encargos moratórios devem ser lançados como dedução da obrigação previdenciária; no RPPS, a receita previdenciária deve ser registrada apenas após a liquidação.
- (E) No ente público e no RPPS, os valores devem ser registrados exclusivamente no momento do pagamento, sem distinção entre contribuição e encargos moratórios.

48

Em relação ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Não se aplica ao Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos.
- II. O SPSM poderá constituir fundo para gestão dos recursos próprios, no entanto não há necessidade de se promover equilíbrio atuarial e financeiro desse sistema.
- III. O órgão ou entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos do ente federativo poderá ser responsável pela gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares, devendo as receitas e despesas ser segregadas e vedada a utilização de recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas previstas na legislação.

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I.

49

Um órgão previdenciário estadual apresentou o seguinte Balanço Orçamentário em 31/12/2023 (valores em milhares de reais):

Receita Orçamentária:

RECEITA	PREVISÃO	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES		
• Contribuições Previdenciárias	25.000	24.500
• Transferências Correntes	8.000	8.500
RECEITAS DE CAPITAL		
• Alienação de Bens	2.000	1.800
• Transferências de Capital	5.000	5.300
Total	40.000	40.100

Despesa Orçamentária:

DESPESA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO
Despesas Correntes	38.000	37.800
Despesas de Capital	2.000	1.500
Total	40.000	39.300

Com base nas informações apresentadas, o órgão previdenciário apurou, em termos orçamentários e em milhares de reais:

- (A) um déficit de R\$ 4.800.
- (B) um excesso de arrecadação de R\$ 800.
- (C) um superávit de R\$ 800.
- (D) uma insuficiência de arrecadação de R\$ 700.
- (E) uma economia de despesa de R\$ 800.

50

Em relação ao Balanço Financeiro, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro.
- II. Uma variação positiva na disponibilidade do período é sinônimo de bom desempenho da gestão financeira.
- III. O Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se informações de natureza patrimonial (classes 1 a 4 do PCASP) e orçamentária (classes 5 e 6 do PCASP).
- IV. O superávit financeiro apurado poderá servir de fonte para alterações nos créditos adicionais.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I e III.

51

Em dezembro de 2023, um órgão previdenciário estadual realizou as seguintes transações:

- Lançamento e arrecadação de receita de contribuição previdenciária no valor de R\$ 15.000.000;
- Pagamento dos salários dos servidores, referente a novembro de 2023, no valor de R\$ 6.000.000;
- Reconhecimento de depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 700.000;
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de um ativo intangível no valor de R\$ 400.000;
- Ajuste de perdas por obsolescência de estoques no valor de R\$ 120.000;
- Ganhos com alienação de ativos no valor de R\$ 200.000;
- Empenho e liquidação de despesas com benefícios previdenciários no valor de R\$ 20.000.000;
- Pagamento de restos a pagar processados referentes a serviços contratados no valor de R\$ 800.000.

Com base nas informações apresentadas, no mês de dezembro de 2023, as transações independentes da execução orçamentária, em conjunto, geraram uma redução no resultado patrimonial da entidade pública de

- (A) R\$ 1.020.000.
- (B) R\$ 6.020.000.
- (C) R\$ 1.220.000.
- (D) R\$ 11.000.000.
- (E) R\$ 1.820.000.

52

Um órgão estadual divulgou informações sobre a atualização do valor de seus ativos de infraestrutura, com base em uma nova metodologia de reavaliação patrimonial. Após a análise, dois analistas financeiros independentes chegaram a um consenso a respeito do valor final divulgado, apesar de divergirem em alguns aspectos sobre os critérios de estimativa utilizados.

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, essa situação evidencia o cumprimento da seguinte característica qualitativa da informação contábil:

- (A) relevância.
- (B) representação fidedigna.
- (C) comparabilidade.
- (D) compreensibilidade.
- (E) verificabilidade.

53

Em relação à NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Custo fixo é o custo que não varia na proporção do volume das atividades desenvolvidas, mantendo-se constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade.
- (B) Custos finalísticos representam a utilização de recursos na qual o gestor exerce influência sobre o consumo e o desempenho esperado na aplicação desses recursos.
- (C) Custos de suporte são os custos relativos a atividades que dão suporte à realização das atividades finalísticas.
- (D) Direcionador de custo é o indicador que permite estabelecer a relação de causa e efeito para alocação dos custos indiretos.
- (E) Método de custeio se refere ao método de atribuição de custos e está associado ao processo de identificação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).

54

Uma empresa apresentou os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/12/2023:

- Caixa: R\$ 10.000;
- Conta corrente no banco: R\$ 5.000;
- Aplicação financeira adquirida com prazo de vencimento de 120 dias: R\$ 20.000;
- Contas a receber em 30 dias: R\$ 25.000;
- Contas a pagar em 90 dias: R\$ 30.000;
- Empréstimos com vencimento em 600 dias: R\$ 50.000;
- Estoques: R\$ 40.000;
- Patrimônio líquido: R\$ 20.000.

Com base nessas informações, calcule a liquidez imediata da empresa e assinale a alternativa correta.

- (A) 0,33
- (B) 1,17
- (C) 0,50
- (D) 0,17
- (E) 2,00

55

Uma empresa investiu R\$ 15.000 em uma campanha publicitária para lançamento de um novo produto. Após seis meses de execução, a campanha gerou uma receita total de R\$ 55.000.

Considerando os dados fornecidos, calcule o retorno sobre o investimento (ROI) da campanha publicitária e assinale a alternativa correta.

- (A) 3,67
- (B) 3,00
- (C) 4,00
- (D) 2,67
- (E) 0,27

56

Um prefeito nomeou seu sobrinho para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Obras, alegando que ele possui experiência e qualificação técnica para exercer a função. A nomeação gerou questionamentos na Câmara Municipal e entre os cidadãos, que alegaram afronta ao princípio da moralidade administrativa e prática de nepotismo. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a nomeação é ilegal, pois a vedação ao nepotismo se aplica a todos os cargos comissionados na Administração Pública, independentemente de serem agentes políticos.
- (B) a nomeação é legal, desde que seja comprovada a qualificação técnica do nomeado, conforme exigido pelo princípio da impessoalidade.
- (C) a nomeação é válida, pois a vedação ao nepotismo não é extensiva a agentes políticos do Poder Executivo, como Secretários Municipais, desde que preencham os requisitos legais.
- (D) a nomeação é inválida, pois viola o princípio da impessoalidade, ainda que o nomeado possua qualificação técnica.
- (E) a nomeação é inválida, pois configura desrespeito ao princípio da publicidade, ao não garantir transparência na escolha do nomeado.

57

Em relação à NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A quantidade de evidência necessária é influenciada pelos riscos de a informação do objeto ser distorcida de forma relevante e também pela qualidade dessas evidências.
- (B) Adequação é a mensuração da qualidade da evidência, ou seja, sua relevância e confiabilidade em fornecer fundamentação para a conclusão do auditor independente.
- (C) A evidência é mais confiável quando é obtida de fontes externas às partes apropriadas.
- (D) O auditor independente não fornece conclusão sobre se o processo irá continuar a funcionar no futuro de modo especificado.
- (E) Obter mais evidências compensa a sua baixa qualidade.

58

Um investidor pretende financiar um projeto de modernização tecnológica no valor de R\$ 500.000. As projeções indicam que o projeto gerará os seguintes retornos líquidos:

- R\$ 220.000 ao final do primeiro ano;
- R\$ 302.500 ao final do segundo ano;
- R\$ 166.375 ao final do terceiro ano.

Sabendo que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) exigida pelo investidor é de 10% ao ano, o Valor Presente Líquido (VPL) do projeto será de

- (A) R\$ 75.000.
- (B) R\$ 25.000.
- (C) R\$ 50.000.
- (D) R\$ 100.000.
- (E) Zero.

59

Um empréstimo de R\$ 240.000 será pago em 60 parcelas mensais pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), com uma taxa de juros de 1% ao mês. Assinale a alternativa que apresenta o valor da terceira prestação do empréstimo.

- (A) R\$ 6.360
- (B) R\$ 4.000
- (C) R\$ 6.400
- (D) R\$ 6.320
- (E) R\$ 6.000

60

Assinale a alternativa que apresenta a taxa de juros composta semestral equivalente a 25% ao ano.

- (A) 10,00%
- (B) 11,80%
- (C) 12,00%
- (D) 11,50%
- (E) 12,50%

